



GT – 05: “Crise e crítica: a urbanização contemporânea e os limites da reprodução social”

O COTIDIANO DA LUTA

Reprodução social, politização do espaço e luta de classes

Carolina Laiate
FFLCH-USP
carolina.laiate@gmail.com

RESUMO: Em um contexto de crise do capital, a reprodução social também se torna crítica. Durante a pandemia de covid-19, na maior metrópole do sul global, percebemos um aumento significativo de pessoas em situação de rua, da produção imobiliária no centro da cidade de São Paulo e do número de ocupações de edifícios por pessoas que já não tinham mais como sobreviver no espaço urbano remunerando as propriedades privadas para garantir sua moradia. No presente artigo, buscamos abordar estas relações de contradição assim como as práticas vividas pelos ocupantes de duas ocupações centrais e os processos de politização do espaço em torno do espaço urbano.

Palavras-chave: produção do espaço; crítica à vida cotidiana; ocupação de edifícios

1. INTRODUÇÃO

Em uma quinta-feira à tarde no centro da cidade de São Paulo, em frente ao Edifício Martinelli (1924-1929), edifício que abriga, entre outras, a Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do Município de São Paulo (SEHAB – PMSP), se destacava na multidão um agrupamento de pessoas que entoava palavras de ordem através de um microfone. O destaque se dava pela forma como se associavam, organizadas em semicírculo, se entreolhando e observando o seu entorno, ao mesmo tempo em que falavam, distribuíam panfletos e vendiam jornais. Uma criança pequena, filho de uma das manifestantes ali presente, corria em meio ao grupo, fazia brincadeiras de esconder, de mímica e mimetizava o gesto dos portadores das bandeiras que carregavam o nome do movimento social. Tratava-se de um grupo composto por militantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e por moradores da ocupação Jean-Jacques Dessalines, os quais realizavam o ato para demandar alguma ação por parte da gestão municipal frente à ordem de reintegração de posse emitida contra os moradores.

As palavras entoadas configuravam falas em defesa da moradia e da permanência dos trabalhadores no centro, assim como falas que denunciavam a desigualdade socioespacial percebida e vivida por eles. Dados sobre a desproporção entre a quantidade de pessoas em situação de rua e os imóveis desocupados existentes no município eram proferidos para exemplificar a situação vivida cotidianamente pelos manifestantes. Ao longo de quase duas horas, os manifestantes se revezaram no microfone para trazer relatos e críticas sobre a vida na cidade de São Paulo, a situação política no país, os salários de fome aos quais estão acostumados e submetidos e, sobretudo, sobre a apreensão que sentem desde que fora expedida a ordem de reintegração de posse do edifício que ocupam desde o ano de 2021.

Naquele dia e horário em que acontecia o ato dos moradores em frente à Secretaria municipal, uma tarde de um dia de trabalho como muitas outras que se repetem cotidianamente, o espaço foi tomado pelo ritmo cadenciado pela imposição da partida e da chegada dos passantes, pela presença de viaturas policiais que circulavam em ronda, por pessoas em situação de rua que buscam alguma paragem possível para descanso. A presença do grupo dos manifestantes naquele momento se colocava como uma arritmia frente ao passo apertado que é próprio à lógica da metrópole, regida pelos espaços-tempos da produção e da reprodução da riqueza, incessantes, fragmentários. Esta dissonância se mostrou através do aumento de rondas

realizadas por viaturas policiais, as quais passavam cada vez mais rentes à formação do grupo, buscando romper aquela espacialidade conformada pelas pessoas, bandeiras e movimentações; de palavras proferidas por alguns transeuntes, que reclamavam o menor espaço para trânsito restante uma vez que os manifestantes ocupavam parte significativa da via de pedestres; de palavras que demonstravam o incômodo com o uso do espaço, através de falas que sugeriam que os manifestantes deveriam “ir trabalhar” ao invés de protestar. No entanto, esta arritmia também se revelou através da surpresa de algumas pessoas que se interessaram pelas falas realizadas pelos militantes, que compartilharam e desabafaram as suas próprias condições de precariedade na vida no centro da cidade, que quiseram saber mais detalhes sobre a ocupação e sobre as possibilidades de adesão à mesma.

Trazemos neste trabalho parte de pesquisa realizada no mestrado em geografia humana a qual aborda as lutas urbanas a partir do conteúdo empírico encontrado em pesquisa de campo nas ocupações Jean-Jacques Dessalines e Dom Paulo Evaristo Arns, ambas organizadas pelo Movimento de Luta em Vilas, Bairros e Favelas (MLB) e localizadas no centro da metrópole de São Paulo, no bairro da Liberdade, através do qual buscamos reconhecer a concretude de uma vida cotidiana permeada e constituída a partir da dimensão da luta social. Esta dimensão foi percebida em diferentes momentos da pesquisa, tanto através das entrevistas individuais realizadas com os moradores e militantes das ocupações, onde relataram suas experiências de vida em que sua reprodução social esteve permeada pela necessidade de lutar por ela, quanto através de formulações políticas e coletivas propagadas pelo movimento social. Trazemos então o conceito amplamente trabalhado pelo filósofo Henri Lefebvre (1901-1991) acerca do cotidiano, permeado por esta dimensão da luta social em uma periferia do capitalismo.

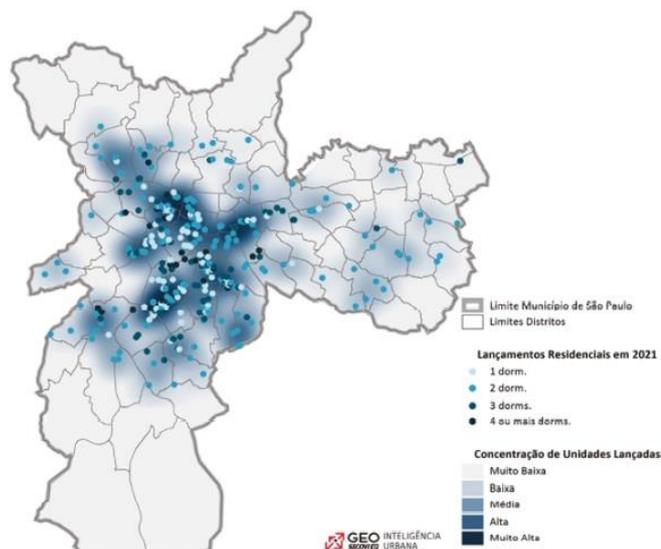
2. CENTRO DA CIDADE COMO LUGAR DA REPRODUÇÃO ESPACIAL

O processo de metropolização decorrente da urbanização ampliada dos espaços das antigas cidades conduziu à transfiguração das relações espaço-temporais pré-existentes. Esta nova espacialidade, que se desenvolveu historicamente como resultante da hegemonia da forma abstrata do dinheiro sobre o espaço urbano, se constitui impondo e generalizando relações de despertencimento, coerção e constrangimento, elevando a segregação socioespacial a níveis também ampliados. O espaço produzido passa a ser cada vez mais desconexo, fragmentado,

reproduzido de modo aliterado, uma vez que são as dinâmicas de valorização as determinantes para a atribuição de atributos e qualidades arquitetônicas e espaciais para os produtos imobiliários. Nesta toada, o que se reconhece como conjunto, como referencial de cidade por parte dos que se relacionam com o espaço a partir do uso, acaba por se perder em meio às imagens e representações que se faz deste espaço metropolizado, produzido pelo capital.

O centro da cidade de São Paulo, reconhecido como conjunto histórico da cidade, também está submetido a este processo de reprodução espacial que opera destruindo e substituindo as formas e relações existentes em prol da criação de frentes de valorização imobiliária capazes de capitanear novos investimentos políticos e econômicos. Ao longo dos anos mais preocupantes e restritivos da pandemia de covid-19 (2020-2022), foi notável o aumento da produção imobiliária no centro da cidade, através da presença constante de maquinário, sons e cheiros que evidenciavam novas demolições e construções. A experiência de passar por certas localizações e não mais encontrar a configuração existente anterior à da pandemia passou a ser frequente, uma vez que quarteirões inteiros deixaram de existir para se tornarem canteiros de obra e, ulteriormente, empreendimentos pasteurizados. Esta percepção pode ser representada pelo mapa abaixo, produzido pelo sindicato patronal do segmento imobiliário, Secovi, através do qual os empreendimentos lançados no ano de 2021 se mostram em grande número na região central do município.

Mapa 1 - Concentração das unidades residenciais lançadas para comercialização em 2021



Fonte: Anuário Secovi 2021

Juntamente à atividade de construção de novos empreendimentos, se instaurou no centro da cidade, através de políticas capitaneadas pela gestão municipal, a reinserção de edifícios desocupados há décadas no circuito imobiliário contemporâneo. Isto se deu através de mudanças nas normativas e da incorporação de instrumentos urbanísticos¹ que passam a ser mobilizados para disponibilizar o espaço urbano aos capitais disponíveis para realizar investimentos em centralidades valorizadas ou com estoque para valorização, de modo a conferir dinamismo e escala aos novos negócios. O passivo imobiliário existente na região central, o qual se manifesta sob a forma dos edifícios desocupados, impescinde da ação estatal para ser incorporado na esfera da circulação.

Estes imóveis são fruto da produção do espaço “no bojo de processos socioespaciais mais amplos de reprodução do capital e representa uma maneira específica de apropriação e uso do imobiliário” (PEREIRA, p.121), de modo que

o significado de vacância envolve as possibilidades de obter renda, diminuir riscos com investimentos, estimular negócios e de prevenir as oscilações dos preços de imóveis. Para isso são realizadas pesquisas por agências especializadas que informam sobre os movimentos e as possibilidades do mercado de espaços comerciais, residenciais, de serviços e também industriais. Trata-se de espaços patrimoniais essencialmente voltados para obtenção de renda e que mantêm inúmeros vínculos com o movimento financeiro, implicando em produtos novos como os fundos imobiliários-financeiros. (Idem, p.137)

A associação dos processos de desvalorização do trabalho e de valorização do espaço urbano, os quais atribuem conteúdo à economia política do espaço na atualidade, geram muitos impactos na vida dos trabalhadores urbanos e moradores da cidade, os quais cada vez mais

¹ O Projeto de Intervenção Urbana (PIU), uma nova forma de parceria público-privada que disponibiliza grandes parcelas do espaço urbano para a promoção imobiliária. Atualmente se encontra em fase de implementação o PIU Central, o qual pretende incluir um perímetro de 21 milhões de metros quadrados no circuito de maior dinamismo produtivo imobiliário na metrópole. Já o Programa Requalifica Centro foi promulgado no ano de 2021 e é voltado para disponibilizar incentivos fiscais e os próprios edifícios inadimplentes para a realização de retrofit, de modo a “estimular uma maior oferta de imóveis habitacionais para adensar o centro e resgatar sua vocação de ambiente atraente para investimentos” – disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/index.php?p=325219

precisam dispor de recursos para conseguirem permanecer no espaço urbano e se reproduzirem na esfera da vida e como classe social. Frente à impossibilidade de arcar com o custo de permanecer na cidade, cada vez mais mercantilizada e, portanto, excludente, vemos surgir no espaço urbano o fenômeno das ocupações coletivas de terrenos e edifícios desocupados². Organizadas por agrupamentos de pessoas ou por movimentos sociais que têm na crítica da exclusão social sua atuação política, as ocupações fundiárias e de edifícios se manifestam como uma resposta à segregação que conforma o cotidiano dos trabalhadores mais pauperizados.

As ocupações no centro de São Paulo surgiram como uma forma de contraposição à situação que era conformada pela dificuldade de permanência dos trabalhadores na região central e, ao mesmo tempo, pela existência de muitas edificações desocupadas, muitas vezes trancadas por décadas e com dívidas de impostos acumuladas. Além das dívidas, acumulavam-se lixo, ratos e baratas em prol de uma aposta por parte dos proprietários em dinâmicas de valorização futura³. Coordenadas por movimentos sociais distintos, com trajetórias políticas diversas, estas ocupações são reflexo da diminuição dos investimentos públicos em demandas sociais, dos processos de desvalorização do trabalho e de valorização do espaço urbano. Através da luta social, estes moradores se encontram e disputam o espaço com a lógica hegemônica de produzi-lo e deixá-lo desocupado, através de seu uso.

As ocupações de edifícios vazios passam a ser então espaços importantes de luta social, uma vez que resguardam um passivo espacial que não é mais facilmente encontrado no espaço urbano metropolitano. A dominação do espaço por parte das empresas vinculadas à construção, incorporação e financiamento imobiliário ao longo da década de 2010, juntamente com incentivo de recursos públicos para a produção de unidades habitacionais, operaram para a redução de áreas disponíveis para novas construções ou ocupações. Assim, a existência de uma expressiva quantidade de imóveis desocupados na região central do município pode ter relação com uma retomada das disputas urbanas frente ao incremento da despossessão sofrida por parte considerável dos trabalhadores.

² Os dados apresentados por mapeamento da Secretaria de Habitação da Prefeitura do Município de São Paulo (SEHAB-PMSP) no ano de 2018, apontavam para a existência de 206 ocupações no município. No meio do ano de 2023, a mesma secretaria divulgou monitorar cerca de 567 ocupações na capital.

³ O Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo IBGE, apontou a existência de 590 mil imóveis particulares desocupados no município de São Paulo.

3. FISSURAS NO COTIDIANO ATRAVÉS DA LUTA

As ocupações tratadas no presente trabalho surgiram durante a pandemia de covid-19, sendo a Jean-Jacques Dessalines em 2021, e a Dom Paulo Evaristo Arns, em 2022. As ocupações foram formadas por meio de tática desempenhada pelo movimento através da qual se constituem núcleos de base. Estes núcleos são responsáveis por reunir e desenvolver um trabalho de formação política com as famílias interessadas em compor a ação, a qual inclui o estabelecimento de combinados de convivência, a busca e escolha pelo edifício a ser ocupado e a divisão de tarefas entre os associados nos momentos anterior e posterior à ocupação. Neste processo, se desenvolvem relações de convivência entre os futuros moradores e destes com o movimento social, que passa a aumentar a sua base política através da formação destes núcleos.

Após a ocupação dos edifícios, o cotidiano coletivizado passa a envolver a permanência no local ocupado, o que frequentemente envolve o embate com instâncias institucionais (desde os setores jurídicos até as forças policiais que carregam a brutalidade das reintegrações de posse) e com os proprietários dos imóveis, o estabelecimento de uma convivência entre pessoas que não se conheciam até então, em um espaço que lhes era alheio e que a partir da ocupação passa a ser mantido por elas, e a continuidade da formação política.

A formação política se dá através de momentos variados, que se repetem em ritmos e frequências também variadas, como assembleias semanais, atos políticos de reivindicação e congressos e encontros com militantes e moradores de outras regiões. Nas assembleias semanais, uma das atividades que se repete todas as vezes é a leitura do jornal quinzenal produzido pelo movimento, o jornal A Verdade. Este jornal faz parte do trabalho de propaganda e formação do movimento social e do partido político a ele associado, os quais visam acessar novas pessoas interessadas em se organizarem politicamente e aprofundar a formação dos moradores e dos militantes já organizados, ao passo que também se configura como um “grande centralizador da política do movimento”, nas palavras de um dos coordenadores, uma vez que todos os militantes do país inteiro contribuem com as formulações, artigos e opiniões publicados. Neste primeiro momento da assembleia, é sempre feita a leitura de um dos artigos da edição mais recente do jornal, e a dinâmica que se propõe é que cada pessoa que tenha

interesse possa fazer a leitura em voz alta de um trecho do artigo, a qual é acompanhada pelos demais. Os temas escolhidos para leitura coletiva em assembleias são usualmente ligados a acontecimentos que geram impactos diretos na vida cotidiana dos trabalhadores, ou então relatos de quadros políticos do movimento que descrevem sua experiência de formação no contexto da luta social.

Este momento de leitura conjunta faz o vozerio do início da reunião, quase sempre povoada por reclamações, críticas e considerações diversas sobre situações variadas da vida compartilhada, diminuir e se transformar em um momento de desaceleração e silêncio. Existem variações e diferenças na prática da leitura, e mesmo assim é tentada pela maioria, cada um no seu tempo e possibilidades. Alguns leram parágrafos, outros apenas uma sentença. “Quem ainda não consegue ler, vai acostumando os olhos com as letras para que um dia consiga ler também”, disse-lhes um dos coordenadores que participava da reunião.

O momento de leitura conjunta e discussão acerca do que foi lido se mostra bastante interessante, pois as situações que são experienciadas como problemas, vividos individual e coletivamente naquela escala da ocupação, são relacionados com as vivências de pessoas que se encontram em outros contextos espaciais, em outras cidades e até em outros países. As aproximações das experiências individuais adquirem uma dimensão ampliada, de modo que as experiências como falta de moradia, desemprego, miséria passam a ser compreendidas de modo socializado. Este momento de formação conjunta também representa uma quebra no cotidiano destes moradores ao passo que propõe um ritmo e uma atividade que se diferenciam das repetições vividas.

Os ritmos que são hegemonicamente e repetidamente vividos por estes trabalhadores são da ordem do constrangimento e da coerção, assim como da violência do processo produtivo e da violência que é impetrada pelo Estado. Pudemos acompanhar duas situações bastante eloquentes sobre estas violências nos espaços das ocupações. A primeira, refere-se à presença do som das máquinas de costura por horas a fio ao mesmo tempo em que ocorria uma festividade no salão da *Jean-Jacques* em uma tarde de sábado. Aquele espaço de encontro e desfrute se configurou como outro ritmo frente à repetitividade do trabalho que não tem hora para começar ou terminar, que deve ser realizado conforme surgem as demandas de serviço. A segunda situação, refere-se à invasão de uma das ocupações por parte da polícia municipal

(GCM) em uma manhã, quando a maior parte das pessoas se preparava para sair e trabalhar. Os policiais entraram no edifício e detiveram, sem qualquer mandado de prisão ou justificativa, um jovem boliviano, filho de uma das várias costureiras que vivem na ocupação.

A partir de situações como estas, entre muitas outras relatadas, notamos que neste cotidiano de luta, as dissonâncias se fazem possíveis. E não apenas em uma dimensão imediata, que poderia ser compreendida como restrita e localizada no espaço-tempo, mas em uma dimensão ampliada, onde temporalidades distintas se encontram. As longas conversas entre moradores na copa coletiva deixam de ser uma banalidade se compreendemos que se trata da realização de um *tempo forte* no espaço de convívio. São nestes momentos em que as trocas entre as experiências, as formulações conjuntas ocupam o espaço e passam a compor a convivência entre eles.

As reuniões semanais dos moradores de cada ocupação também são espaços para debater os assuntos mais cotidianos, como limpeza, manutenção, pagamento de taxas, novas atividades que são eventualmente propostas por apoiadores, como práticas esportivas, artísticas, atividades terapêuticas, assim como assuntos mais específicos, como atos políticos, eventos comemorativos e os novos enfrentamentos frente às ameaças de reintegração de posse. Neste espaço também que se confabulam os novos projetos para as ocupações, novas ocupações, as novas frentes de comemoração, festa e mobilização. São nestes momentos em que se debatem os cuidados (e as eventuais faltas deles) na limpeza, as proposições de escalas de trabalho de cuidados domésticos, o projeto de arrecadação de verba externa para a realização da reforma dos telhados, a próxima mobilização política e quem poderá estar presente para somar forças.

A partir deste momento de reunião, e de muitos outros, percebemos que vai se constituindo um espaço de formação política e convivência entre trabalhadores das mais diferentes origens e com experiências de vida distintas, e que se encontram lutando por moradia no centro da metrópole de São Paulo.

Odette Seabra (2023) ao tratar do processo de metropolização através dos impactos nas formas urbanas do centro e dos bairros, lembra que

a experiência vivida pela população concernida não capta as transformações, apenas sofre as transformações até o ponto que perde a condição de apropriação direta do espaço, ficando sujeitada a viver o mundo através de

mediações do dinheiro sem ter dinheiro. O conseqüente estranhamento nos ambientes de vida já era manifestação da alienação que a metropolização consoma. (SEABRA, 2023, p.60)

A alienação decorrente do processo de produção do espaço que a autora nos lembra nos remete à crítica da vida cotidiana apontada por Henri Lefebvre (1901-1991) como o caminho para a recuperação do humano na contemporaneidade dominada pela lógica da reprodução do capital em todas as esferas da vida. Segundo o autor, “a verdadeira crítica da vida cotidiana terá como seu objetivo principal a separação entre o humano (real e possível) e a decadência burguesa, e implicará na reabilitação da vida cotidiana” (LEFEBVRE, 1981, p. 127).

A partir da compreensão e da consciência acerca das contradições que permeiam as relações sociais a partir do método dialético, o autor aponta para a possibilidade de penetrar o nível do real e revelá-lo, desvelando as *representações* e *mistificações* que operam na cotidianidade. Assim,

Neste caso, a crítica da vida consiste em estudar a margem que separa o que são os homens do que eles pensam que são, do que eles vivem e o que eles pensam. Ela reexamina a noção de *mistificação* mais profundamente. Muitas ideologias foram mistificações ao passo que prosperaram em certos momentos em fazer os homens acreditarem em certas ilusões, certas aparências, e em introduzir estas aparências na vida real, fazendo-as efetivas ali (LEFEBVRE, 1981, p. 146 – Tradução própria).

Trouxemos esta reflexão neste momento para que possamos pensar sobre o processo desenvolvido internamente ao movimento, nos espaços das ocupações, no cotidiano compartilhado por estas pessoas, em fricção com o momento histórico no qual nos encontramos.

O autor aponta ainda que para a realização de uma crítica da vida cotidiana se faz necessário questionar e criticar o individualismo que se forja no interior das relações capitalistas, cuja forma pode ser compreendida por uma *consciência privada*. “Quando uma vida individual é moldada por tendências individualistas, é literalmente uma vida de ‘privação’, uma vida ‘privada’: privada de realidade, de ligações com o mundo – uma vida à qual tudo o que é humano é estranho” (LEFEBVRE, 1981, p.149). Este é o fundamento das relações que

se desenvolveram no período do apogeu nazifascista no início do século passado e que operam como fundamento das relações sociais também no neoliberalismo.

O aparecimento da dimensão social no cotidiano de luta, a partir das experiências de formação política coletivizadas, mostrou-se em outros relatos através do papel que as mobilizações em forma de manifestação de rua desempenharam na compreensão das vivências individuais. Em ambos os relatos, aparece a surpresa de duas trabalhadoras bolivianas ao participarem de manifestações de rua na Avenida Paulista. Em um deles, a afirmação de que “nunca havia visto tanta gente assim” compôs a sua compreensão do que significava estar organizada em um movimento social. Para além da demanda pela moradia, a participação em um ato de massas, com a possibilidade de ter sua voz ouvida e de se identificar com outras pessoas ali presentes, que compartilhavam consigo não apenas as mesmas demandas, mas também a mesma potência de criação quando em vinculação com outras pessoas.

Um outro relato mostrou que a participação e formação políticas se configuram como um espaço de quebra das repetições cotidianas e como uma expansão qualitativa que se dá para além da dimensão das demandas e reivindicações e que se desenvolve conforme a própria luta social avança. Lembrando Bensaïd (2008, p. 31), “a política surge e inventa-se no social, nas resistências à opressão, no enunciado de novos direitos que transformam as vítimas em sujeitos ativos”. Voltando ao relato:

Se eu tivesse conhecido antes o movimento teria sido melhor para mim. Eu não conhecia. Eu via na televisão que tem manifestante na Paulista, mas eu não tomava o interesse do que era. Como eu tinha um monte de coisas para fazer, tinha o pai dos meus filhos, eu não tomava o interesse. Para mim foi uma luta. Depois eu vim para cá. Porque o movimento tinha concentração. Eu ia lá também participar. Agora eu sou coordenadora também. Estou gostando, tem os outros movimentos, a UP. Outros estados que vêm apoiar a gente. Estou gostando ainda mais. Quando tem essas coisas de concentração, para ir na prefeitura. Para ir lá para que não nos despejem. E eu estou conhecendo mais. É como um debate. O debate do parlamento, do que tem que ser, o que não tem que ser. Estou conhecendo ainda mais. Ainda tenho que conhecer

mais. Estou com o pensamento de viajar para os estados, conhecer as pessoas. Como estão lá. Esse é o meu pensamento.⁴

O processo de politização realizado através deste cotidiano da luta também se mostrou significativo no sentido do desenvolvimento de uma consciência acerca dos processos de produção do espaço. A alienação generalizada pelo processo de mercantilização do espaço acerca do acesso ao espaço e das contradições às que se referem, também se mostraram evidenciadas pelos moradores das ocupações. O acesso à centralidade aparece como estratégia na fala de muitos moradores, os quais reconhecem que viver “na cidade”, ou seja, no centro, traz possibilidades de acesso a infraestrutura, equipamentos públicos, diversidades que a vida periférica não propicia.

Porque a minha vida sempre foi ambulante, e ambulante tem que estar no meio dos grandes centros. Mas não é só por isso não, eu também tenho pra mim, depois que eu cheguei aqui em São Paulo, eu enxerguei que o centro, por mais que você seja pobre, você seja humilde, você seja discriminado, o centro é onde estão as maiores riquezas do país, então você tem que estar no centro para você desfrutar, você tem que desfrutar, você tem que estar no meio dele, embora ele não goste de você, você tem que estar incomodando, porque o burguês, porque é ele que tem essa especulação imobiliária. Ele sempre joga as pessoas lá para os bairros, para os bairros, para os bairros, porque eles não querem gente pobre, gente humilde aqui, eles querem só o trabalho da pessoa aqui, o sacrifício.⁵

Neste sentido, o que se mostrou na pesquisa de campo através de variadas falas, é que este cotidiano de luta no centro da cidade revela outras dimensões que vão para além da sobrevivência e da reprodução social excessivamente presentificada, apontando para uma outra sociabilidade possível. Como aponta Martins (2018)

⁴ Esta entrevista me foi concedida pela moradora e encontra-se disponível na dissertação de mestrado que gerou o presente artigo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16052024-120116/publico/2024_CarolinaLaiate_VOrig.pdf

⁵ Entrevista concedida à autora, no ano de 2022.

Mais profundamente, reconhecemos nas falas dos movimentos a presença de um sentido para o urbano que não se restringe à correção dos erros redistributivos do passado, apenas. Estes grupos querem emitir os seus sentidos centrais, além de produzir novos, que não restringem os seus cotidianos à reprodução da força de trabalho e ao trabalho mesmo como meio e fim da sociedade, uma sociedade com desejos universais. Outras categorias podem futuramente ser aportadas ao centro referencial dos grupos. (MARTINS, 2028, p.342)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de pesquisa realizada em duas ocupações, em um contexto de forte disputa pelo espaço urbano no centro da cidade de São Paulo, vimos como a politização do espaço se desenvolve frente aos investimentos dos capitais promotores de empreendimentos imobiliários associados ao poder estatal e aos imperativos do uso do espaço. Neste processo contraditório, emergem experiências que revelam estas contradições e que no processo de luta pelo espaço, criam espaços-tempos apropriados, ainda que momentaneamente. Este processo de politização empenhado por parte do movimento social se desenvolve através de formação política, através da qual a dimensão social emerge no cotidiano sob a forma de consciência e de prática política.

Como resultante desta prática política, percebemos a aquisição e apropriação por parte dos moradores e lutadores urbanos acerca de uma consciência sobre a produção do espaço e as contradições do espaço. A centralidade como forma espacial adquire potência de luta e passa a transformar a vida cotidiana dos moradores que passam a viver a metrópole a partir do seu centro.

5. REFERÊNCIAS

- BENSAÏD, D. Os irreductíveis: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo, Boitempo, 2008.
- CARLOS, A.F.A. *Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na MetrÓpole*. São Paulo: Labur, 2017.
- CARLOS, A.F.A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I.P. *A Cidade como Negócio*. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.
- CARLOS, A.F.A; ALVES, G.; PADUA, R.F. *Justiça Espacial e o Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Contexto, 2017.
- LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.
- LEFEBVRE, H. *La produccion del espacio*. Madrid: Capitan Swing, 2013.
- LEFEBVRE, H. *Critique of everyday life – Vol. 1 e 2*. Londres, Verso, 2008
- LEFEBVRE, H. Elementos de Ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2021
- OLIVEIRA, M; MARTINS, F.; GIANELLA, L. *Dominação e apropriação na luta por espaço urbano*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- PEREIRA, P.C.X. Do terreno vazio ao domicílio vacante. Uma mudança na Configuração urbana: “cara nova” de uma prática antiga e ainda mal compreendida. IN: PEREIRA (Org.) *Produção imobiliária e reconfiguração da cidade contemporânea*. p.119-138
- SEABRA, O.C.L. A metamorfose das formas: o bairro, a cidade e a metrÓpole. IN: DAMIANI, A.L.; BAITZ, R (Orgs.) *Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas – vol 2*. São Paulo: Editora Tiragem Livre, 2023.
- VALDOSKI, F. *A luta pelo espaço*. Tese de doutoramento – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

